



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANDAGUARI



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração do anexo I da Lei Complementar nº 3.208/2018, e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal.

**MATÉRIA
LEGISLATIVA**


SITUAÇÃO DA PROPOSIÇÃO

Aprovado em 1ª Discussão	21 / 05 / 2020
Aprovado em 2ª Discussão	22 / 05 / 2020
Aprovado em 3ª Discussão	22 / 05 / 2020
Enviada ao Executivo em	21 / 05 / 2020
Ofício de nº	073 / 2020
Lei para sanção nº	056 / 2020
Lei	3.425 / 2020
Publicação – exemplar	2015 A
Página:	01-02 22 / 05 / 2020



Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

 000026	Autenticação: 12020/01/21000026
Número / Ano	000026/2020
Data / Horário	21/01/2020 - 10:03:10
Ementa	Dispõe sobre a alteração do anexo I, da Lei Complementar nº 3.208/2018, e dá outras providências.
Autor	Arquivo - ARQ
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	Projeto de Lei
Número Páginas	4
Comprovante emitido por	carlos

Carlos H. Bredariol Batista
CARLOS HENRIQUE BREDARIOLO BATISTA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Mandaguari-PR, 20 de janeiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO
Ofício nº. 004/2020.

Exmo. Sr.
Hudson Efrain Theodoro Guimarães
DD. Presidente da Câmara Municipal
Mandaguari – Paraná

Senhor Presidente,

É o presente para encaminhar o **Projeto de Lei Complementar nº. 003/2020**, que dispõe sobre a alteração do Anexo I, da Lei Complementar nº. 3.208/2018.

Justificamos o presente projeto de lei em razão da premente necessidade de adequação da legislação vigente, em âmbito municipal, referente ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, de forma a tornar eficientes e efetivas as ações do Poder Executivo.

Isto posto, e considerando a urgência na adoção das medidas relativas à concretização do presente projeto, solicitamos sua apreciação, votação e aprovação em **regime de urgência, com dispensa de interstício**.

Agradecemos antecipadamente e, sem outro particular, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Romualdo Batista
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 003/2020

Súmula: Dispõe sobre a alteração do Anexo I, da Lei Complementar nº. 3.208/2018, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, ROMUALDO BATISTA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

L E I COMPLEMENTAR:

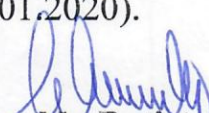
Art. 1º - Fica alterada a redação do anexo I da Lei nº. 3.208/2018, mais especificamente quanto aos cargos abaixo, que passa a vigorar da seguinte forma:

CARGO	PRÉ-REQUISITO/ ESCOLARIDADE	VAGAS	CARGA HORÁRIA	TABELA	CLASSE
MÉDICO VETERINÁRIO	Curso de nível superior de Medicina Veterinária, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV	3	40h	GES	II
TÉCNICO DESPORTIVO	Curso de nível superior de Educação Física, com registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	8	40h	GES	VI

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mandaguari, aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte (20.01.2020).




Romualdo Batista
Prefeito Municipal



ANEXO I


QUADRO DE CARGOS

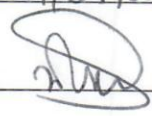
PRÉ-REQUISITOS DO CARGO, CARGA HORÁRIA, REFERENCIA DE CLASSE NA TABELA DE NÍVEL I, VAGAS E CARGOS EM EXTINÇÃO

CARGOS	PRÉ-REQUISITOS / ESCOLARIDADE	VAGAS	CARGA HORÁRIA	TABELA	CLASSE	EM EXTINÇÃO
.....	1
MÉDICO VETERINÁRIO	Curso de nível superior de Medicina Veterinária, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária– CRMV	3	40h	GES	II	
.....
TÉCNICO DESPORTIVO	Curso de nível superior de educação Física, com registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	8	40h	GES	VI	
.....	

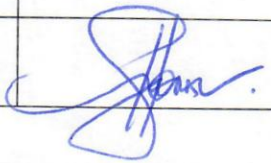
CONTROLE DO TRÂMITE LEGISLATIVO


PROJETO DE LEI COMP. Nº	003/2020	AUTOR	Executivo Municipal
SÚMULA	Dispõe sobre a alteração do anexo I, da Lei Complementar nº 3.208/2018, e dá outras providências.		
PROTOCOLO	026/2020	SERVIDOR	Carlos Henrique Bredariol Batista
Carlos Henrique Bredariol Batista			


DESPACHO PRESIDENTE	
DATA	
ASSINATURA	

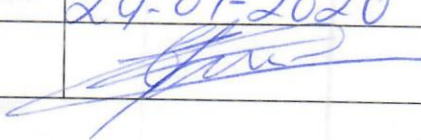
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO	
DATA RECEBIMENTO	24/01/2020
VEREADOR	

PARECER JURÍDICO	
DATA RECEBIMENTO	_____
DATA DO PARECER	_____

DESPACHO PRESIDENTE	
DATA	
ASSINATURA	

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
DATA RECEBIMENTO	24/01/2020
VEREADOR	

DESPACHO PRESIDENTE	
DATA	
ASSINATURA	

COMISSÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS	
DATA RECEBIMENTO	24-01-2020
VEREADOR	

Carlos H. Bredariol Batista

Carlos Henrique Bredariol Batista
Diretor Geral Legislativo

PARECER UNIFICADO EXARADO PELAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO E POLÍTICAS MUNICIPAIS.

Projeto de Lei Complementar nº 003/2020

Autor: Executivo Municipal.

Em análise ao projeto em epigrafe, as Comissões Permanentes encaminham os seguintes questionamentos ao Poder Executivo Municipal:

- a) Qual finalidade da criação das novas vagas para médico veterinário e técnico desportivo?
b) Informar quantidades, locais, atividades e forma de contratação dos médicos veterinários e técnicos desportivos que já atuam no Município

É o parecer.

Mandaguari, 24 de Janeiro de 2020.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

AUSENTE

João Jorge Marques.....Presidente

Marcia Serafini Cassiano da Silva.....Relator

Nilton José Boti.....Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

AUSENTE

Jocelino Tavares.....Presidente

Clarice Ignácio Pessoa Pereira.....Relator

Sebastião Alexandre da Silva.....Membro

COMISSÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS

Luiz Carlos Garcia.....Presidente

AUSENTE


Eron Rodrigues Barbiero.....Membro

João Jorge Marques.....Relator



Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

 000317	Autenticação: 02020/04/23000317
Número / Ano	000317/2020
Data / Horário	23/04/2020 - 14:19:10
Assunto	Ofício nº 096/2020 do Poder Executivo Municipal vem responder o Ofício nº 004/2020, sobre questionamentos relacionados ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2020.
Interessado	Poder Executivo Municipal
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Ofício
Número Páginas	4
Comprovante emitido por	Valdineia <i>Valdineia da S. Souza</i>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Mandaguari-PR, 23 de abril de 2020.

GABINETE DO PREFEITO
Ofício nº. 096/2020.

Exmo. Sr.
Hudson Efrain Theodoro Guimarães
DD. Presidente da Câmara Municipal
Mandaguari – Paraná

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, o Município de Mandaguari, vem, com toda urbanidade e respeito, à presença de Vossa Excelência, responder o Ofício nº 004/2020 dessa Casa de Lei, sobre questionamento solicitados relacionado ao Projeto de Lei complementar nº 003/2020:

- a) Cargo de médico veterinário tem por finalidade atender a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, para atuar na área de inspeção e fiscalização de aviários, pecuárias entre outros que realizam atividades de produção animal. Nesse caso, o médico veterinário atuará para garantir a qualidade e segurança dos alimentos de origem animal desde o início de sua cadeia até a industrialização, passando pelo processamento de matéria-prima em alimento, seu armazenamento, transporte, comércio e consumo, objetivando a qualidade na saúde pública.

O médico veterinário desempenha o papel de orientação do produtor rural e funcionários encarregados do manejo dos animais, relacionadas ao manejo sanitário, tratamento e principalmente a prevenção de doenças.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

O cargo de Técnico desportivo, tem por finalidade atender a demanda da pratica esportiva que vem ampliando devido a construção de quadra desportivas e atendimento aos munícipes.

b) Atualmente temos no quadro funcional:

02 (dois) médicos veterinários concursado/efetivos, sendo:

- a. 01 (um) lotado na Secretaria de saúde/vigilância sanitária e 01 (uma) lotada na Secretaria Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo;

07 (sete) Técnicos Desportivos, sendo:

- b. 06 (seis) lotados na Secretaria Cultura, Esporte e Lazer e 01 (um) na Secretaria de Saúde.

Agradecemos antecipadamente e, sem outro particular, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Romualdo Batista
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Ofício 018/2020

Exmo. Sr.

Vereador Hudson Efrain Theodoro Guimarães

Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari-Pr.

A Administração Municipal vem mui respeitosamente responder o Ofício nº 004/2020 dessa Casa de Lei, sobre questionamento solicitados relacionado ao Projeto de Lei complementar nº 003/2020:

a) Cargo de médico veterinário tem por finalidade atender a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, para atuar na área de inspeção e fiscalização de aviários, pecuárias entre outros que realizam atividades de produção animal. Nesse caso, o médico veterinário atuará para garantir a qualidade e segurança dos alimentos de origem animal desde o início de sua cadeia até a industrialização, passando pelo processamento de matéria-prima em alimento, seu armazenamento, transporte, comércio e consumo, objetivando a qualidade na saúde pública.

O médico veterinário desempenha o papel de orientação do produtor rural e funcionários encarregados do manejo dos animais, relacionadas ao manejo sanitário, tratamento e principalmente a prevenção de doenças.

O cargo de Técnico desportivo, tem por finalidade atender a demanda da prática esportiva que vem ampliando devido a construção de quadra desportivas e atendimento aos munícipes.

b) Atualmente temos no quadro funcional:

02 (dois) médicos veterinários concursado/efetivos, sendo:

a. 01 (um) lotado na Secretaria de saúde/vigilância sanitária e 01 (uma) lotada na Secretaria Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo;

07 (sete) Técnicos Desportivos, sendo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

b. 06 (seis) lotados na Secretaria Cultura, Esporte e Lazer e 01 (um) na Secretaria de Saúde.

Atenciosamente.

Mandaguari, 22 de abril de 2020

**PARECER EXARADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.**

Projeto de Lei Complementar nº 003/2020

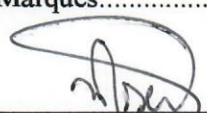
Autor: Executivo Municipal

Em análise ao projeto em epigrafe, a Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação, solicita que seja encaminhado para a Assessoria Jurídica desta Casa para análise e emissão de parecer jurídico da matéria.

É o parecer.

Mandaguari, 05 de maio de 2020.


João Jorge Marques.....Presidente


Marcia Serafini Cassiano da Silva.....Relator


Nilton José Boti.....Membro



Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO



000341

Autenticação: 02020/05/08000341

Número / Ano	000341/2020
Data / Horário	08/05/2020 - 09:19:49
Assunto	Parecer nº 126-2020 da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis sobre o Projeto de Lei Complementar nº 003/2020 do Executivo Municipal.
Interessado	Assessoria Jurídica da Câmara Municipal
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Parecer Jurídico
Número Páginas	4
Comprovante emitido por	Valdineia <i>Valdineia da S. Souza</i>



ORIGEM: Comissão de Constituição, Legislação e Redação.

INTERESSADO: Comissão de Constituição, Legislação e Redação.

EMENTA: Solicitação de parecer sobre Projeto de Lei Complementar nº 003/2020, que autoriza o Poder Executivo a dispor alterações do anexo I, da Lei Complementar nº 3.208/2018.

PARECER nº 126-2020 – Assessoria Jurídica Câmara Municipal

Esta Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Mandaguari Oé instada a se manifestar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 03/2020 que autoriza o Poder Executivo a dispor alterações do anexos I, da Lei Complementar nº 3.208/2018 - Plano de cargos, carreiras e Salários, e dá outras providencias. Em suma o projeto de Lei Complementar vem criar cargos na área da saúde.

COMPETENCIA E INICIATIVA

Como princípios basilares, o Administrador deve obedecer o comando Constitucional, na qual dispõe em seu art. 37, caput.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

[...] (grifei).

Quanto a iniciativa da lei, a Lei Orgânica do Município de Mandaguari, nos seus artigo 54, §1º, I, dispõe:

Art. 54. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e aos cidadãos, respeitado, neste último caso, o previsto nesta Lei Orgânica.



§ 1º São da iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de remuneração de seus membros;

[...].

Com base na Carta Municipal, concluímos que a competência para a iniciativa de lei cabe ao prefeito Municipal.

NO MÉRITO

O mérito do Projeto de Lei Complementar nº 34/2020, verifiquei comparando os anexos I, da Lei Complementar nº 3.208/2018, existe a proposta da seguinte alteração:

- Criar 1 vaga para Médico Veterinário;
- Criar 1 vaga para Técnico desportivo.

A Constituição Federal aponta limites e critérios ao administrador para os gastos com pessoal, na qual sua previsão vem apontada no art. 169, § 1º, I e II, in verbis:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.



Esta limitação nos gastos em despesas com pessoal ativo encontra previsão no art. 107 da Lei Orgânica, dispondo:

Art. 107. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando existentes.

Diante do comando legal, faz-se necessário verificar a dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Ou seja, deve-se calcular em quantum (valores) que irá alterar em gastos com pessoal, como também, a existência de previsão orçamentária.

Porém em análise ao projeto de lei complementar, não verifiquei anexado ao mesmo o atendimento aos requisitos constitucionais.

Também deve-se observar o limite de gastos com pessoal, previsto no art. 19 da lei Complementar nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que assim dispõe:

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);





III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Assim a previsão de gastos, deve estar de acordo aos limites permitidos na lei.


O Princípio da Eficiência exige o planejamento do administrador, especialmente quanto aos gastos públicos, bem como o Princípio da Legalidade exige que o administrador atenda todos os requisitos legais ao praticar qualquer ato administrativo.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, concluo que o Projeto de Lei Complementar nº 03/2020, não se encontra apto a tramitar nesta Casa de Leis, sem antes vim acompanhados de documentos que comprovem atender os requisitos legais e constitucionais.

É o parecer, sub censura.

Mandaguari, 08 de maio de 2020.



Laura Rodrigues Simões
Advogada



**PARECER EXARADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.**

Projeto de Lei Complementar nº 003/2020

Autor: Executivo Municipal

Em análise ao projeto em epigrafe, a Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação, encaminha ao Poder Executivo Municipal o teor do parecer nº 126/2020 exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa de Leis, para que este atenda os questionamentos e requisição de documentos ali constantes.

É o parecer.

Mandaguari, 11 de maio de 2020.

João Jorge Marques.....Presidente

Marcia Serafini Cassiano da Silva.....Relatora

Nilton José Boti.....Membro

Ofício nº 051/2020

Senhor Prefeito:

Servimo-nos do presente para comunicar Vossa Excelência, que durante a reunião ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação, levada a efeito no dia 11 de maio de 2020, os membros presentes exararam parecer sobre a matéria abaixo relacionada direcionando os questionamentos e documentações requisitados no Parecer Jurídica desta Casa de Leis a este proponente, requisitando as informações para que possam deliberar sobre a legalidade e constitucionalidade do seguinte projeto:

01. Projeto de Lei Complementar nº 003/2020: de autoria do Executivo Municipal, dispõe sobre a alteração do anexo I da Lei Complementar nº 3.208/2018, e dá outras providências.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, renovamos nossos protestos de consideração e apreço.



Mandaguari, 13 de maio de 2020.

Hudson Efrain Theodoro Guimarães
Presidente

Exmo.Sr.
ROMUALDO BATISTA
Prefeito Municipal de Mandaguari-Pr.



Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO



000407

Autenticação: 02020/05/20000407

Número / Ano

000407/2020

Data / Horário

20/05/2020 - 15:10:19

Assunto

Ofício nº 017/2020 da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão em resposta ao questionamento da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação do Projeto de Lei nº 003/2020.

Interessado

Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão

Natureza

Administrativo

Tipo Documento

Ofício

Número Páginas

2

**Comprovante emitido
por**

Valdineia

Valdineia da S. Souza



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão

E-mail: planejamento@mandaguari.pr.gov.br

1120/05/2020

Ofício 017/20

Mandaguari, 20.05.2020

A

Câmara Municipal de Mandaguari
MANDAGUARI-PR

Senhor Presidente,

IMPACTO FINANCEIRO- Conforme solicitação estamos mandando a planilha do impacto financeiro para a **ampliação dos cargos de Veterinário 01 e Técnico esportivo 01.** do projeto de lei 03/2020

HAMILTON JOSE BORGES DE SAMPAIO

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Gestão.

Impacto Financeiro

Medico Veterinario

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	13º
Salario base	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19	R\$ 3.687,19
Insalubridade	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00	R\$ 209,00
Total mensal	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19	R\$ 3.896,19
Patronal	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94	R\$ 4.695,94

Previsão anual R\$ 61.047,24

Tecnico Desportivo

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	13º
Salario base	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70	R\$ 2.433,70
Patronal	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57	R\$ 2.961,57


Previsão anual R\$ 38.500,40

(Assinatura)
Hamilton J.B. de Sampaio
 Secretário Municipal de Planejamento,
 Finanças e Gestão



Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

 000417	Autenticação: 02020/05/21000417
Número / Ano	000417/2020
Data / Horário	21/05/2020 - 16:11:28
Assunto	Documento nº 124/2020 da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer vem informar o impacto financeiro anual para nova vaga para Técnico Esportivo.
Interessado	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Processo Administrativo
Número Páginas	1
Comprovante emitido por	Valdineia <i>Valdineia da S. Souza</i>



PREFEITURA DE MANDAGUARI

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

cultura@mandaguari.pr.gov.br

esporte@mandaguari.pr.gov.br

(44) 3233-3252

Mandaguari, 18 de maio de 2020.

C.I. Nº 124/2020

Assunto: Impacto Financeiro para nova vaga de Técnico Esportivo

De:	Roberto Almeida do Nascimento Secretário de Cultura, Esporte e Lazer
Para:	Setor Jurídico

COMUNICADO INTERNO

Venho por meio deste informar o impacto financeiro anual na dotação orçamentária da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, na pasta do Departamento de Esportes, para abertura de nova vaga para Técnico Esportivo:

Cargo: Técnico Desportivo

Salário Inicial Mensal: 2.433,70

INSS Patronal 21,69%: 527,86

Proventos: 2.961,56

Valor Anual: 2.961,56 x 13 = 38.500,28

1/3 férias: 986,20

Projeto atividade 2141 – Manter o desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer

Fonte: 1000

Impacto Financeiro Anual: 39.486,48 (valor anual + 1/3 férias)

Roberto Almeida do Nascimento
Secretário de Cultura, Esporte e Lazer



Câmara Municipal de Mandaguari - Mandaguari - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO



000416

Autenticação: 02020/05/21000416

Número / Ano	000416/2020
Data / Horário	21/05/2020 - 16:00:04
Assunto	Documento nº 095/2020 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento vem informar o impacto financeiro da ampliação de 01 vaga para Médico Veterinário.
Interessado	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	Processo Administrativo
Número Páginas	1
Comprovante emitido por	Valdineia <i>Valdineia da S. Souza</i>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Agricultura e Abastecimento
agricultura@mandaguari.pr.gov.br
(44) 3233 – 8414

Comunicado Interno nº 095/2020.

Mandaguari, 15 de maio de 2020.

De:	Agricultura
Para:	Procuradoria Jurídica

Prezado Senhor (a),

Venho por meio deste informar o impacto financeiro da ampliação de 01 vaga para o cargo de Médico Veterinário, conforme solicitado via CI 220/2020. Segue:

CARGO	VAGAS	R\$ MÊS/UNIT.	TOTAL MÊS	13º SAL.	TOTAL GERAL JUN A DEZ/2020
Médico Veterinário	01	R\$ 4.531,84	R\$ 4.531,84	R\$ 4.531,84	R\$ 31.722,88

Informamos que os valores a serem pagos serão oriundos da fonte 1000, lotados na *Manutenção das atividades operacionais, administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento* (Projeto Atividade 2.138), pertencente a essa secretaria.

Sendo o que apresenta para o momento, e na certeza do atendimento desta, antecipamos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Luis Felipe Cavalheiro Martvi
Secretário de Agricultura e Abastecimento

ORIGEM: Comissão de Constituição,
Legislação e Redação.

INTERESSADO: Comissão de Constituição,
Legislação e Redação.

EMENTA: Solicitação de parecer sobre
Projeto de Lei Complementar nº
003/2020, que autoriza o Poder
Executivo a dispor alterações
do anexo I, da Lei
Complementar nº 3.208/2018.

PARECER nº 126-2020 – Assessoria Jurídica Câmara Municipal

Esta Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Mandaguari
Oé instada a se manifestar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 03/2020
que autoriza o Poder Executivo a dispor alterações do anexos I, da Lei
Complementar nº 3.208/2018 - Plano de cargos, carreiras e Salários, e dá
outras providencias. Em suma o projeto de Lei Complementar vem criar cargos
na área da saúde.

A competência e iniciativa já foram abordadas no parecer de nº
126-2020, encontrando nos limites legais e constitucionais.


Após questionamento foi encaminhado pelo Poder Executivo o
a previsão orçamentaria e a planilha do impacto financeiro, conforme
solicitação de parecer nº126-2020.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, concluo que o Projeto de Lei
Complementar nº 03/2020, se encontra apto a tramitar nesta Casa de Leis, pois
atende os requisitos legais e constitucionais.

É o parecer, sub censura.

Mandaguari, 21 de maio de 2020.



Laura Rodrigues Simões
Advogada

Ofício nº 003/2020

Vereador Jocelino Tavares

Mandaguari, 21 de maio de 2020.

Através do presente, o vereador que abaixo subscreve, Jocelino Tavares, com assento nesta Casa de Leis, considerando a iminente sanção do Presidente da República na lei que congelará a possibilidade de contratação de novos profissionais pelas diversas esferas da Administração Pública, e em face ao contido nos artigos 199 e 203 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, **requer seja declarado Regime de Urgência Especial no que tange aos Projetos de Lei Complementar 003/2020 e 034/2020** de autoria do Poder Executivo Municipal, com a consequente convocação de Sessão Extraordinária a ser realizada ainda no dia de hoje, em virtude do caráter de urgência máxima dos temas tratados.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, renovamos nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



Jocelino Tavares
Vereador

Excelentíssimo Senhor
Hudson Efrain Theodoro Guimarães
Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari

**PARECER EXARADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.**

Projeto de Lei Complementar nº 003/2020

Autor: Executivo Municipal



Em análise ao projeto em epígrafe, a Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação, considerando o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa, opina pela igualdade e constitucionalidade do projeto em epígrafe.

É o parecer.

Mandaguari, 21 de maio de 2020.

João Jorge Marques.....Presidente

Marcia Serafini Cassiano da Silva.....Relator

Nilton José Boti.....Membro



PARECER EXARADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO


Projeto de Lei Complementar nº 003/2020
Autor: Executivo Municipal



Em análise ao projeto em epígrafe, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, considerando o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa, opina pela legalidade e constitucionalidade do projeto em epígrafe.

É o parecer.

Mandaguari, 21 de maio de 2020.


Jocelino Tavares.....Presidente


Clarice Ignácio Pessoa Pereira.....Relator


Sebastião Alexandre da Silva.....Membro



PARECER EXARADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS MUNICIPAIS

Projeto de Lei Complementar nº 003/2020

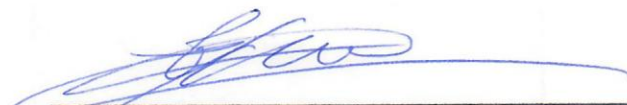
Autor: Executivo Municipal



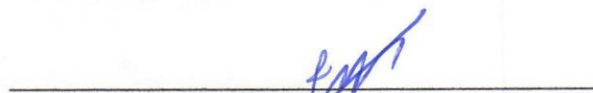
Em análise ao projeto em epígrafe, a Comissão Permanente de Políticas Municipais, considerando o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa, opina pela legalidade e constitucionalidade do projeto em epígrafe.

E o parecer.

Mandaguari, 21 de maio de 2020.



Luiz Carlos Garcia.....Presidente



João Jorge Marques.....Relator

AUSENTE

Eron Rodrigues Barbiero.....Membro